

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO XI

VOLUME I



COIMBRA / 1964

D. João III, Erasmo e Guevara

NO -CENTENÁRIO .DE ERASMO, 1469-1969

Entre os (escritores célebres que dedicaram obras ia membros da família real portuguesa «estão Indkiídos Erasmo, Fr. António de Guevara e o Inca Garcilaiso de la Vegla. O último procurou o favor da Duquesa de Bragança e 'de seu filho D. Teodósio, sentindo talvez que os Portugueses se assemelhavam aos lucas em terem sido espoliados do sleu trono pelo imperialismo de Castela. Os outros dois autores pretenderam despertar o interesse de D. João III e as suas tentativas podem lançar alguma luz sobre a evolução do humanismo na Península. A dedicatória de Erasmo ao rei foi estudada por Bataillon, mas o ifaoto de Guevara, talvez o miais lido autor espanhol do século XVI, ter oferecido o seu *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea* ao mesmo soberalmo foi ignoraído pelo falecido Alfredo Pimenta, cujo estudo contém um capítulo acerca de D. João III Como Mecenas.

As opiniões sobre D. João expostas por Herculano e Pimenta são tão divergentes que parecem inconciliáveis. Para o primeiro, o rei era de espírito acanhado, supersticioso, mesmo (estúpido. Para o segundo, foi o tão caluniado restaurador da Universidade e patrono da 'cultura. Evidentemente, o retrato do rei que nos deu Herculano resultou da insistência do monarca em introduzir a Inquisição em Portugal, e o de Pimenta da sua própria recusa do liberalismo e de todas as suas obras.

Ambas as opiniões estão erradas, por demasiado simples. A Inquisição tem talvez agora poucos admiradores, mas a política de D. João raramente foi orientada por mero obscurantismo. Nem somos obrigados a aceitar o dilema posto por Pimenta, que cita a carta de Março de 1527, em que Erasmo oferece a sua obra a D. João, e observa qu/e «ou temos ide considerar Erasmo um vil e indigno bajulador, ou D. João III não foi aquele idiota que atrás

de Herculano... uma história depravada tem fornecido à curiosidade dos portugueses». Bem podemos relembrar que, nas longas negociações em Roma acerca dos Judeus, o rei de Portugal era representado por um dos mais ardentes admiradores portugueses de Erasmo, e que, quando este finalmente manifestou o seu aborrecimento contra D. João, referiu-se ao monarca e ao seu povo como *illud \genus judaicum* e eliminou a sua dedicatória. Pimenta (conheceu o artigo de Bataillon sobre *Erasme et la Cour de Portugal*, mas não pôde antecipar o «Avant-propos» a *Études sur le Portugal.*)(1952): «Il faut avertir que l'auteur nie voit plus je XVI^e Siècle iein 1952 comme il le voyait en 1926. Que l'on compare mes réflexions sur Erasme et la cour de Portugal et celles que nous inspire (l'édition scolaire coimbroise des *Colloques*, on ne retrouvera plus (dans celles-ci la 'conception contrastée et simpliste de la Renaissance et de la Contre-réforme qui s'étalent dans cdlles4à».

O 'Caso de Erasmo e D. João pode dizer-se que principia com a introdução das especiarias trazidas da Índia para a Europa Central pelos Portugueses no tempo de D. Manuel. Estes géneros foram conduzidos a Antuérpia para distribuição, mas, de início, o feitor português omitiu a penetração no mercado germânico, porque temia que as nossas especiarias fossem adulteradas. O problema resolveu-se com a ajuda de um tal Nicolau van Rechtergem, que se associou com o feitor português e fez uma fortuna a exportar especiarias para a Alemanha. Os seus interesses foram herdados pelo genro, Erasmo Schets, que se tornou uma figura proeminente no comércio de Antuérpia, recebendo o imperador Carlos V como visita em sua casa e adquirindo o senhorio de Grobbeinidonick. Deve ter llexercido a,ctividade em Lisboa C¹).

Em Janeiro de 1525 Schets transmitiu a Erasmo de Roterdão uma quantidade de cartas de admiradores de «Espanha» e aproveitou

0) A falta de documentos sobre pessoas particulares em Portugal tonta a sua pista difícil de seguir. A obra de SD. A, V. 'Ciotta do (Amaral, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III* (Lisboa, 1965^{^1}, contém referenciais a Erasmo Est hw. Ele recebe um privilégio «pana sua guarda», pede a concessão dois Iprivilégilos do® Alemães, porque IQS cobradores do fisco não o respeitam, e declara estar associado dom tallemães ie ter nascido num 'distrito «metade do Imperador e a outra metade do Arquiduque». Um documento da Torre do Tombo (*Chame, de D. João III*, 'liv 4, fl. 60) menioiona os feitores e casa de «Erasmo Esthos, flamengo»-

a oportunidade para o informar acerca do entusiasmo dos Espanhóis pela sua obra. O contacto 'entre os dois homens continuou e, um diia, o mercador, indignado por certas pessoais importantes não terem enviado pensões e dádivas prometidas ao humanista, sugeriu a dedicação de uma obra ao jovem rei de Portugal (17 de Março de 1526) — «se os 'príncipes do mundo apreciassiem as ciências e as letras ao menos como as bobices 'e estúpidos prazeres!». Erasmo tinha dedicado obras a vários príncipes: era extraordinário não ter jpen-sado em D. João, liberal, benévolo e especialmente apreciador dos que difundiam o Evangelho tem sermões ou livros, porque entre o seu povo a observância religiosa lera *inextirpâbilis*. A corte de D. João estava cheia de homens instruídos e o seu irmão mais novo, D. Fernando, iera um grande amigo da cultura. Além disso, o seu embaixador em Roma, membro da sua família, D. Martinho de Portugal, que 'esperava um bispado, tinha escrito a Rui Feroandes, feitor português em Antuérpia, a perguntar onde se (encontrava Erasmo. Sehets propôs dirigir-se a Rui Fernandos para uma apre-sentação a D. Martinho (2).

A carta de Sehets de Março de 1526 deve ter impressionado Erasmo, pois a obra escolhida para ser dedicada a D. João foi a de um grande pregador, S. João Crisóstomo, o «boca de ouro». Em Outubro, Erasmo informou o amigo de que pensaria numa obra para o rei logo que tivesse tempo. Quando o manuscrito do santo lhe chegou às mãos, pediu a Sehets informações acerca do carácter do rei e da família (Fevereiro de 1527). Sehets manifestou a sua satisfação: os esforços de Erasmo não ficariam perdidos. Havia em Antuérpia um médico português que, a pedido de Sehets e Fernandas, redigiu urna nota sobre a família real portuguesa e os feitos dos antepassados de D. João. Faiando dos Portugueses, Erasmo

(2) { 'D. Martinho, filho die D. Afonso de Portugal, bispo de Évora, e de ÍD. Brioiamijia die Erditas, aipanecie numa carta die Vives a Erasimo como um inimigo do «sophismatum amarore» e amigo do saber em 1520. Foi feito cónego de Évora e CD. João nomeou-o seu embaixador em /Roma em 1525. Voltou aí para conseguir a 'anuência do Papa ao estabelecimento da Inqui-sição 'em Portugal. No entanto, adieriu à atitude da Santa Sé, e, por fim, iregressou a Portugal em Janeiro die 1536, depois de ter perdido a confiança de D. João. Seu irmão era um dos rivais de D. António de Ataíde, conde da Castamheira, que se tinha tomado a figura dominante no conselho de D. João.

ipodia louvar o seu interesse pelas boas letras, a veneração pela teologia e o fervor religioso 'evidenciado nas suas façanhas*

Erasmus dedicou a sua versão de S. João Crisóstomo a D. João III, numa longa Jcarta, nem sempre isenta de lisonja, mas que não produziu efeito. O autor ficou suficientemente desapontado para suprimir a dedicatória desde a edição de 1530. Não apareceu na edição ide Paris de 1536, embora fosse depois restabelecida. E não fez segredo do seu aborrecimento; semelhante dedicatória teria merecido o reconhecimento de qualquer grande príncipe; estava farto daquela «raça de Judeus» e publicara de novo a obra sem a dedicatória '(Carta de 29 de Agosto de 1530. Cf. Bataillon, *Études* p. 86, n. 2).

Um jovem visitante português tinha-lhe revelado as razões do insucesso: «Eu estava mal informado aicerdá da família real e a referência ao monopólio desagradou-lhes, de modo que não ousaram apresentar a obra ao rei». A ser exacta lesta explicação, Erasmo podia com mais razão ter-se queixado dos conselheiros de D. João do que do próprio soberano. Poderia ter sugerido também uma censura mais independente no palácio e uma certa docilidade da parte do rei (3).

Assim parece que foram dois os motivos do malogro: «ide genere Regis eram perperam linstructus, et mentio monopolai non placuit illis. Ita non ausi sunt Regi opus offerre». Schets tinha lembrado a Erasmo que introduzisse um elogio de D. Manuel, mostrasse conhecer a expansão portuguesa e aludisse aos interesses intelectuais e literários de D. João III. De facto, a dedicatória abria com lisonjeiras referências a D. Manuel, que podem ter sido tomadas no sentido de que ele formara o plano dos descobrimentos e de que seu filho estava simplesmente a realizar os projectos do pai. Erasmo parece ter desconhecido inteiramente o ressentimento de D. João para com o seu progenitor.

A dedicatória também mencionia a segurança do comércio das «especiarias indianas, mas observa que as suas vanitagens eram

[3] Erasmo não nomeia 'o seu jovem informador, um *iuuenis egregius* que o viu em tFriburgo. Segundo Bataillon, era Marcial de Gouveia, lente do Colégio das /Artes ie mai® tarde vítima da Inquisição. Cf. Simões Baião, «O processo... de Mestre Marcial de Gouvêa», *Anais da Acad. Port, da História*, IX, Lisboa, 1944.

destruídas polia política de monopólio. O prego dia mercadoria não tinha desdido, mas siubido, e o açúcar, não só lera miais caro, mas menios bom (4).

É provável que ia alusão ao monopólio do açúcar efectivamente destruisse as (esperanças erasmianas de mercê. O sábio tinha cuidadosamente escolhido a obra de S. João Crisóstomo, o santo da boca de ouro, .como representativa do talento literário posto ao serviço da religião. Certamente, num país dedicado à «expansão da fé cristã e sentindo agora todo o vigor do Renascimento, a combinação da piedade com o estilo literário teria sido eficaz. Mas a referência ao monopólio do açúcar anulou tudo isto.

A alusão parece não ter sido 'sugerida por Schets ou pelo médico português anónimo, mias pelo breve pontifício de Abril de 1524, que condenou a ideia de monopólio. Quando D. Manuel fez vir as «especiarias das índias, o Ocidente regozijou-se e os preços baixaram, mas «as coisas tinham-se orientado para o caminho oposto». Segundo se dizia, chegavam constantes queixas à Santa Sé. Daí o breve. Mas ia questão dos monopólios ter a inseparável da política económica portuguesa.

O 'primeiro fluxo de 'especiarias tinha embaratecido as drogas, mas depois, a necessidade de adquirir mercadorias para troca no Oriente, a de defender do contrabando os caminhos do mar e os portos de escala, ie o alargamento das operações militares desde Marrocos às regiões orientais juntaram-se para tornar muito elevadas as despesas do Governo português. Foi preciso manter todos os preços para enfrentar os gastos da administração, ou o comércio teria de ser deixado a outros. Parece que a insistência de D. João III no estabelecimento da Inquisição, as isuas advertências de que os Judeus saíam de Portugal logo que tivessem feito o seu negócio, a isua opinião de que os Cristãos Novos não poderiam, em princípio, ter licenças para ir à Índia, — tudo se relaciona com o esforço para conservar o mecanismo ldo comércio jem mãos portuguesas. Assim, a crítica de Erasmo feriu muito mais fundo do que ele julgava. O filho do *Roi épiciér* não podia revelar o verdadeiro estado da sua economia e dificilmente se compreende como ele e os seus conse-

(4) A dedicatória conclui com uma referência ao estudo de D. João, — ilalhim, grego, matemática, astronomia, geografia, história — e outra ao infante D. Fernando, considerado amigo da cultura e da humanidades.

Indlros poderiam ter aceitado a critica implicita ma deidcaitoria de Erasmo.

Pouco depois, Erasmo enltrou em confracto com um português muito ilustre, Damião de Góis, que provâvelmente encontrou pela primeira vez em Friburgo nos fins die 1532. Em meados do amo seguinte Góis foi chamado a Portugal para ser tesoureiro da Casa da India e escreveu a Erasmo a oferecer os seus servtigos. Em Julho, Erasmo respondeu, peldindo-lhe que tentasse desfazer o mal 'causado pelo fracasso da dedicatória, que lele atribuiu a informações erradas que recebera.

No iseu processo Góis afirmou que, depois de regressar a Portugal, D. João, sabendo que ele era amigo de Erasmo, lhe perguntou em várias ocasiões se o sábio poderia ser trazido para Coimbra e Góis respondera o que sobre isso lhe parecia. Este testemunho, dadas as circunstâncias espeiais, muito depois da morte de D. João, não é talvez concludente. Mas se D. João não Viu, ele próprio, a desagradável dedicatória, não tinha motivo para resistir ao desejo erasmiano de reconciliação.

A dedicatória a D. João do *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea* de Fr. Antonio de Guevara pode ter chegado ou não ao rei, mas parece mão ter sido mais útil para o seu autor. Guevara continua a ser uma figura um tanto equívoca. Nascido em 1480 ou 1475 (as suas próprias informações variam) na Espanha setentrional, foi colocado pelo pai ma corte dos Reis Católicos, provâvelmente como pagem do príncipe Juan. Ele diz-nos que, depois da morte do príncipe e da rainha Isabel, abraçou a vida religiosa. Esteve algum tempo inum colégio franciscano. O imperador Carlos V escolheu-o para pregador da corte, aparentemente em 1521, e também o fez seu cronista.

As dificuldades dos historiadores oficiais do século XVI são bem conhecidas da história portuguesa: a perseguição de Góis pela Inquisição teve talvez origem no ressentimento de um poderoso membro da Casa de Bragança. Guevara parece ter resolvido o problema seguramente não escrevendo história ide forma alguma (ainda que não deix,assie de se dirigir ia D. João em nome de «nós, cronistas»). Informa-nos ide que esteve (envolvido na repressão da revolta dos *comuneros* como negociador lembre as duas partes, embora, evidentemente, considerasse os chefes rebeldes, não como

um fenómeno social, mas como simples ambiciosos e sediciosos. Entrou para a Inquisição de Toledo e foi ele próprio inquisidor iem Valência, onde pretende ter baptizado muitos *moriscos*. Carlos V fê-lo bispo de Guadix — outra mitra entre os *moriscos* — se bem que pareça ter gasto muito do seu tempo na corte. Em 1525 fez parte da junta reunida em Valladolid para examinar as doutrinas de Erasmo.

Corno vimos, em Janeiro, Schets tinha escrito ao sábio de Roterdão para o informar do entusiasmo suscitado pela sua obra em «Espanha». Em Valladolid, embora não tenha havido condenação geral das suas obras, como alguns podem ter desejado, proposições escolhidas foram postas perante os teólogos, que deram os seus pareceres por escrito. Entre eles estava Guevara e talvez então tivesse compreendido que, fosse qual fosse a ortodoxia idas opiniões de Erasmo, ele tinha lectivamente demonstrado a existência de vasta procura de livros impressos que combinavam o agradável da história com fins ide moralidade. O afortunado pregador da corte depressa se transformou num escritor popular.

A primeira obra que publicou foi o *Libro Aureo de Marco Aurelio emperador y eloquentissimo orador*, editado pela primeira vez em Sevilha em Fevereiro de 1528. Teve um successo immediato. A existência de uma edição de Lisboa em 1528 é duvidosa, mas foi reimpresso em Saragoça, Antuérpia e Paris em 1529, traduzido em 1531 para o francês e depois para o inglês, italiano e alemão. Pelos fins do século, tinha talvez 100 edições, incluindo 20 em espanhol, 18 em francês e 13 em inglês. Entretanto, Guevara repudiou a sua primeira versão e refundiu-a com o título de *Relox de Príncipes* (Valladolid, 1529), com outra edição no mesmo lugar e uma em Lisboa no mesmo ano.

Guevara acompanhou Carlos V na expedição a Túnis e à Itália, mas em 1536, ainda neste país, foi transferido para a sé de Mondofedo, decisão que teve efeito em 1537. Não desistiu dos seus lugares de pregador e cronista. Visitou a sua nova sé e lá residiu algumas vezes, mas também esteve ausente por períodos bastante longos. Em 1539 conservou-se longe a maior parte do ano, durante o qual publicou várias obras em Valladolid. Estas abrangeram uma collecção do *Solemne prólogo*, a *Década de Césares*, o *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*, o *Menosprecio de Corte* e o *Libro de los inventores del marear*, assim como as *Epis-*

tolas familiares, que, a despeito do título, compreendem panfletos e réplicas sobre vários temas.

O *Menosprecio de Corte* é talvez um invulgar presente para um monarca, por consistir numa áspera crítica à vida de corte. Guevara tinha já tocado no tema no seu *Villano del Danubio*, em que o camponês inculto dá à corte imperial uma lição de moral e de sabedoria política. Mas acentua o facto de o *Menosprecio* ser composto expressamente para D. João: «Sepa vuestra Serenidad, muy alto príncipe, que en todas las más cosas que en este vuestro libro escribo y reprehendo... después acá que saqué a luz el mi muy famoso libro de Marco Aurelio he compuesto y traducido otros libros y tratados mas yo afirmo y confieso que en ninguno he fatigado tanto mi juicio ni me he aprovechado tanto mi memoria, ni he adelgado tanto mi pluma ni he pulido tanto mi lengua, ni aun he usado tanto de elegancia como ha sido en esta obra de Vuestra Alteza, porque a los grandes príncipes hemosles de hablar «con humildad y escribir con gravedad. En ser para quien era esta obra he tenido mucha advertencia len que saliese de mis manos mirada y remirada, polida y limada, corregida y verdadera, siaberosa y provechosa, urbana y no pessada...».

Guevara tem o cuidado de explicar que não conhece Portugal e que não espera que o seu rei tenha notícia d'ale (excepto por Causa do seu famoso livro): «Todo esto he dicho, muy alto Príncipe, para que no haga a Vuestra Alteza temer en poco esta obra el averme yo criado en Castilla, y no tener noticia de mi persona, porque si no soy vuestro vasallo, préscio me de ser vuestro siervo... Acordándome que sois nieto de quien yo fui criado, y que sois primo de quien yo soy vassallo, gran obligación es la mía de servir y muy mayor merced dél quererse de mi servir...».

Esta frase pode talvez ter sido escrita para significar que o estímulo veio do próprio Imperador. Mas com medo de que o tema parecesse muito ousado, Guevara explica que é naturalmente crítico, «no contento de reprehender a los contestarnos quando predicto, me prescio de ser también satírico y áspero en los libros que compongo». Pudesse ele corrigir prontamente as suas próprias faltas como criticava as dos outros!

Não conhecemos os resultados da dedicatória, nem também os motivos de Guevara ao dirigir-se a D. João. No ano seguinte,

Fr. Rhúa, o humanista de Soria, escreveu a sua relação das falsificações de Guevara. Este, a princípio, ignorou o ataque, mas, quando apertado, replicou que era assunto sem importância. Não sabemos se a controvérsia chegou ao conhecimento da corte portuguesa, mas, se assim foi, dificilmente poderia ter favorecido o caso do pregador.

Os críticos têm muitas vezes considerado de difícil explicação que as obras de Guevara tenham gozado de uma fama superior à de qualquer escritor espanhol da época sendo ele um sofisticador de citações clássicas e tagarela em alto grau. Os seus méritos são os mais difíceis de definir. Fr. Fidèle de Ros (1938, 1946) acaba por achar a obra de Guevara cheia de falsificações, plágios e erudição apócrifa, até ao ponto de se tornar um falso moralista e pregador que abusou da sua vocação eclesiástica. Marichal (1957), notando que os humanistas eram particularmente ofendidos pelas liberdades de Guevara com os clássicos, considera-o, no entanto, como descobridor de um novo [estilo de prosa. Mais redifinidamente o meu antigo colega F. Márquez (1968) vê nele um «novo tipo da sociologia literária, o escritor no sentido moderno»—isto é, o escritor que escreve pelo prazer de escrever ((mas certamente todos os escritores escrevem porque nisso têm gosto: se há um novo fenómeno, é o do escritor que insiste em escrever coisas em que ele e ninguém mais se compraz).

A Guevara não faltava audácia. O seu *Marco Aurelio* dava a entender que era um manuscrito perdido do imperador, um «eloquentíssimo orador» — seu próprio pregador. Era talvez um engenhoso caminho para consolidar a sua influência junto de Carlos. Muitos julgaram autêntica a atribuição da obra. O redescobrimento de escritores clássicos era um aspecto característico da época. O bobo real D. Francesillo de Zúñiga, escrevendo por c. 1530, ridiculariza a identificação de Guevara com Marco Aurélio: «como lo afirma Fray Antonio de Guevara, llamado por otro nombre Marco Aurelio», e «Fray Antonio de Guevara, obispo de Guadix, corrió las parejas con Marco Aurelio y no los podían departir hasta que vino Fray Bernardo Gentil, gran parlerista de su Majestad...» Terá a nova chegada da Sicília mostrado a mistificação de Guevara? Noutros lugares da mesma obra Guevara é «predicador parlerista y cronista de su Majestad *in magnam quantitatem*», e um aspirante a ulterior promoção: «Fray Antonio de Guevara, obispo de Guadix,, dijo

querria saber... si tengo de ser mejorado en algùn obispado, y que fuesse presto» (5).

Pode sustentar-se que o estilo digressivo e ameno de Guevara conduz ao de Cervantes — como é sabido, a sua descrição do *hidalgo* rural (cap. VII) eooou directamente no capítulo de abertura do *Don Quijote*, que também usa o 'estratagema da suposta descoberta de um antigo manuscrito. Mas a fama de Guevara era internacional e o seu estilo não se limita, portanto, à expansão em castelhano. Não foi simplesmente a sua maneira ide escrever o espanhol que lhe deu renome. Como outros pregadores, ele deveu alguma coisa à habilidade para referir problemas morais do seu tempo a princípios gerais. As suas obras reflectan, mesmo, as fases ida sua carreira. Nas *Epístolas* expõe acontecimentos e circunstâncias em que lhe tinham pedido um parecer. O seu *Marco Aurelio*, o imperador e *orador* filósofo, refere-se à sua própria situação junto do moderno César. A *Arte de marear* segue a sua participação na expedição de Carlos a Tunis. O *Menosprecio de Corte* resulta da sua transferência para a remota sé galega de Moridoñedo, que ele deve ter considerado, a princípio, como uma forma de 'exílio.

A capacidade de transformar as suas 'experiências em literatura está estreitamente ligada à profissão de pregar: o autor do *Livro Áureo* devia ver-se a si próprio como o Crisóstomo de Carlos, alguém habilitado a dizer doces palavras na causa da moralidade pública, — «gran parlerista», nos termos do sardónico bobo.

Parece, portanto, que Guevara, tendo visitado a sua nova sé, a utilizou para dar uma lição à corte de Toledo. Pretende, mesmo, que as suas observações acerca de cortes se fundaim em experiência pessoal e «enumera as que conheceu: «Vi la corte del Emperador Maximiliano, la del Papa, la del Rey de Francia, la del Rey de Romanos, la del Rey de Inglaterra y vi los señoríos de Venezia, de Génova y de Florencia, y vi los Estados y casas de los principes y potentados de Italia...» Mas destas informou-se em breves visitas; a corte do Imperador, segundo nos diz, 'era a que conhecia melhor: Garlos, «en la corte del qual he andado diez y ocho años».

Em todos os relatos feitos por Guevara dos defeitos da corte,

(5))Gu/evara é também «gran decidor de todo lo que le parecía». As citações da *Crónica de iD. Francesilla de Zúñiga* são das PP. 46, 49, 109, 159, 160 e 162 da edição de Madrid, sem data.

tem o cuidado de evitar qualquer episódio envolvendo pessoa ou corporação que pudesse ser reconhecida, — talvez a essência da moralização bem sucedida. No entanto, a *aldea* que ele opõe à corte é evidentemente a *aldea* peninsular, e a figura oposta ao cortesão é especificamente o fidalgo peninsular. Não é o povoado *morisco* que Guevara pode ter conhecido em Guadix, mas sim a aldeia cristã que ele tinha visto nas suas visitas a partir de Mondoñedo. Também é, portanto, indubitável que a obra era uma crítica da corte do Imperador em Toledo.

Em Castela, a monarquia dos Reis Católicos tinha visto a reafirmação da autoridade real à custa da nobreza provincial e a atracção dos nobres à sede do poder. A casa real, agora grandemente alargada, deixou de ser peripatética. Os governantes tornaram-se menos acessíveis, ainda que somente em defesa própria. O cortesão teve de estudar a sua importância. O seu modelo foi definido por Castiglione, que morreu em Toledo em 1530: o *Cortegiano*, traduzido para o castelhano por Boscán, apareceu impresso em 1534. Mas a obra era situada na insignificante cidade italiana de Urbino, onde o príncipe e a sua corte se divertiam a discutir as qualidades ambicionadas no cortesão: nascimento nobre, o exercício das armas (com moderação), afabilidade, jeito para escrever, delicadeza, arte de conversar com as damas e devoção.

Algumas ideias de Castiglione reflectem-se em Guevara: ambos notam que os «bons» são em número reduzido. Mas as modas de uma ínfima minoria num pequeno, embora confortável, principado italiano, dificilmente se poderiam aplicar ao centro altamente competitivo de um grande império, a Toledo de Carlos V, cidade com uma tradição mais de turbulência e sobriedade do que de serena elegância. O objectivo de Guevara não é indicar o caminho para a cortesia, mas chamar a atenção para o que realmente acontece nas cortes. Informará D. João de «algunas cosas, ninguna de las cuales le assaria nadie dezir en secreto y menos en público porque el trabajo que se passa con los principes es que en sus casas y repúblicas tienen todos licencia de lisongeados y muy poquitos de avisarlos. Si los principes os quisiéssedes un poco humanar, es a saber, que trabássedes a hombres sabios y leyéssedes en algunos buenos libros por ventura ahorráades de muchos trabajos y aun no oayríades «en tantos yerros; mas como es vuestra voluntad tan libre y vuestra libertad tan grande no venís a saber el daño hasta

que ya oo lleva remedio. Tenéis, señor, fama de buen cristiano, de príncipe virtuoso, de señor cuerdo y de hombre piadoso; y si junto a esto os allegáis a consejo y os deixáis al parecer ageno, assentarnos hemos los cronistas entre los monarcas del mundo... No abasta tampoco que tengáis los príncipes en vuestras cortes hombres cuerdos y ¡en vuestras casas hombres sabios, si no queréis aprovecharos de sus muy buenos ¡consejos». O príncipe tem poder absoluto, mas precisa do conselho do humanista («querer u'n poco humanar») para governar os seus cortesãos.

Não sabemos que efeito estas observações podem ter produzido na icorfce de Portugal. O tema die que a vida rural era a melhor parte tinha já sido exposto por nada menos que uma personagem como Sá de Miranda. Guevara (não conhecia a corte de Portugal e os seus problemas não ieram inteiramente os mesmos de Castela. O nobre empobrecido do *Lazarillo de Tormes* podia ter aparecido no teatro de Gil Vicente. O pretendente a cortesão percorre as ruas de Toledo, exibindo-se e escondendo a fome, enquanto espera uma mercê que não vem. Em Portugal, a corte estava, indubitavelmente, superpovoada, mas a casa real era governada com cuidado; ainda que não houvesse *assentamentos* para toidos, os habilitados às *moradias* eram diligentemente registados em livros. Parece que os acrescentamentos seguiram um padrão regular. D. João precisou de um séquito relativamente grande para ideie lescolher comandantes e capitães destinados à África do Norte e à India: é claro que elle e o Seu conselho esquadrihavam atentamente os registos ao fazer nomeações.

Não é provável que Guevara compreendesse estas ¡distingões. No ¡entanto, 'deu voz a um sentimento difundido não só na Península, mas através da Europa. A corte do Renascimento, fixada agora no seu lugar e protegida por uma barreira de regulamentos, etiquetas e inveja, não era precisamente um espelho da Cidade de Deus: na própria Toledo, esta função tinha passado para as humildes grutas dos hieronimitas, que envolviam a sede do poder. Para Guievara, a (serenidade Clássica procurada pelos humanistas ainda existia na idealizada aglomeração da *aldea*, equivalente cristão da Idade de Ouro da antiguidade bucólica.